

Estudantes sob vigilância: uma análise sobre o monitoramento do Serviço Nacional de Informações (SNI) ao movimento estudantil da Universidade Federal da Paraíba

Elissandra Maria Costa Dias

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

elissandra_maria@hotmail.com

Este trabalho é derivado de reflexões obtidas mediante pesquisas realizadas para elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)¹, apresentado em 2018, que objetivou analisar, a partir da documentação do Fundo SNI – Agência Pernambuco – reunida no acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) aos estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), durante os anos de 1979 a 1985. Contudo, o intento da presente comunicação é de analisar como se deu o monitoramento, através dos órgãos de informações atuantes no meio acadêmico, ao movimento estudantil da universidade em questão, especialmente durante as décadas de 1970 e 1980; expondo e examinando os casos individuais e coletivos encontrados nas fichas produzidas pelos serviços de informações.

Palavras-chave: Movimento Estudantil, SNI, UFPB.

INTRODUÇÃO

Criado em junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações nasceu e se articulou sob a influência da Doutrina de Segurança Nacional², estando, além disso, diretamente ligado à presidência. Como objetivo, segundo Antunes (2001), o Serviço teve a função de subsidiar o presidente da República na orientação e coordenação das

¹ Dias, Elissandra Maria Costa. **A vigilância do SNI aos estudantes da Universidade Federal da Paraíba (1979-1985)**. 73 f. Monografia em História – Universidade Federal da Paraíba, Graduação em História, João Pessoa, 2018.

² É importante que se atente para a Lei de Segurança Nacional, visto que, tal doutrina supunha que o Brasil integrava-se ao contexto da Guerra Fria considerando sua grande população e extensão territorial; seu posicionamento geopolítico, que lhe conferia importância estratégica no âmbito das relações políticas internacionais e sua vulnerabilidade ao comunismo, à luz de supostas fragilidades internas (FICO, 2001).

atividades de informação e contrainformação, promovendo, assim, a difusão adequada de informações.

Para promover um alcance considerável e efetivo, o Serviço contou, em sua estrutura, com uma Agência Central, localizada no Distrito Federal e por Agências Regionais, espalhadas entre as principais cidades do Brasil. Posto isto, esta análise leva em consideração alguns dos mais de 7.000 (sete mil) documentos produzidos pela Agência Pernambuco, que era responsável por cobrir os estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Mediante o exame dos documentos produzidos pelo SNI, referentes a UFPB e circulado por meio da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal da Paraíba (ASI/UFPB), procuramos compreender de que forma as universidades brasileiras e especialmente àqueles envolvidos no movimento estudantil, figuraram em documentos de caráter secreto; considerando, além do número relevante de informações produzidas, o contexto de repressão vivenciado pelas universidades durante a ditadura.

Como forma de melhor entender o contexto político em que os atores sociais envolvidos se encontravam, utilizamos o conceito de “cultura política”, segundo o entendimento de autores como Serge Bernstein (1998) e Rodrigo Patto Sá Motta (2009); posto que, ao atentar para as muitas informações trazidas pelos documentos, é possível identificar que tanto a lógica operativa da chamada “comunidade de informações”, quanto as inclinações políticas que os que foram vigiados portavam, estão imbuídas de valores, tradições e códigos. Nesse sentido, ao situar o movimento estudantil nesta análise, compreendemos que as suas formas de organização, de retomada e de resistências expressam referências, representações e princípios que indicam práticas provenientes de culturas políticas.

A VIGILÂNCIA NAS UNIVERSIDADES

A onda repressiva vinda da “Operação Limpeza” atingiu as universidades brasileiras, no entanto, a repressão a estudantes e professores endureceu, ainda mais, após a edição do Ato Institucional nº 5. Com isso, a partir de 1969, as punições aos estudantes, que tinham por objetivo silenciar e amedrontar, bem como os expurgos aos docentes,

retornaram com maior força e de maneira ainda mais arbitrária. Dentre as razões explicativas para o endurecimento das práticas repressivas nas universidades, em particular, se pondera acerca de uma possível “falta de autoridade” por parte dos dirigentes universitários no que se refere a adoção e cumprimento de medidas punitivas.

Em razão disso, a emergência do Decreto-Lei nº 477³, promulgado em fevereiro de 1969, representou um símbolo das práticas autoritárias oriundas do regime militar no que concerne à repressão a comunidade acadêmica. Tal decreto objetivava, de forma geral, afastar os estudantes considerados subversivos e incentivadores de agitações, com o propósito de desorganizar e sufocar o movimento estudantil - que havia dado provas de seu poder de contestação e manifestação em 1968 -, evitando, assim, que este movimento tomasse proporções maiores.

[...] o instrumento mais violento no combate ao ME foi o Decreto-Lei Nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, criado por Costa e Silva com vistas a reprimir qualquer foco de resistência contra o AI-5 no âmbito das Universidades. O Decreto 477 foi um dispositivo de caráter repressivo extremo. Através dele, qualquer manifestação de caráter reivindicatório, grevista ou político em geral, praticado por alunos, professores ou funcionários da rede pública ou particular de ensino, seria punida por penas que variavam da dimensão ou proibição de contratação por 5 anos, expulsão e impedimento de nova matrícula por 3 anos, ao banimento do país, no caso de estrangeiros. (CITTADINO, 1993, p. 10).

Após o empenho em “limpar” as universidades do perigo que as esquerdas representavam, principalmente durante os anos de 1969 e 1970, e após anunciado o início da distensão política, de acordo com Motta (2014), não houve mais expurgos em massa nas universidades; depois de fase, os órgãos de informação iriam dedicar-se a monitorar os professores suspeitos e bloquear contratações de indivíduos considerados perigosos. O monitoramento por meio dos órgãos de informações também servia para observar e fiscalizar atividades de alunos e funcionários.

Seguindo a lógica de aperfeiçoamento do sistema de informações e do aumento da vigilância por meio do AI-5, foram instituídas nas universidades as Assessorias

³ Decreto-Lei Nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>

Especiais de Segurança e Informações (AESIs ou ASIs), que visavam assessorar o SNI nos campi, levantando informações sobre os perfis de professores, alunos e funcionários; alertando sobre possíveis “subversivos” e precavendo as universidades diante da ameaça representada por meio de antecedentes de indivíduos que se configuravam como alvo, ou através de alguma atividade considerada suspeita que havia sido recentemente praticada pelos mesmos. Nesse sentido, as Assessorias de Segurança e Informações presentes nas universidades, estavam ligadas a DSI do Ministério da Educação e Cultura (MEC); cumprindo as recomendações impostas e atuando como uma espécie de braço da comunidade de informações nas universidades. Estando ainda subordinadas aos reitores e encarregados de assessorá-los nos assuntos relativos à segurança nacional e informação.

Ainda se tratando do funcionamento das Assessorias de Informações, se fazia necessário que os funcionários das assessorias instaladas nas universidades estivessem bem preparados na empreitada de combate a tudo o quanto representasse perigo; portanto, uma boa formação técnica era indispensável. Pretendendo o cumprimento das funções atribuídas as ASIs, os funcionários passavam pelos cursos oferecidos pela Escola Nacional de Informações (EsNI) e manuais de instrução e formulários eram distribuídos pela DSI/MEC.

Diante do exposto, é possível compreender o importante papel que as Assessorias de Segurança e Informações desempenharam na coleta de informações, vigilância aos campi universitários, serviço à censura e demais formas de repressão a ideias e movimentos políticos.

O CASO DA UFPB

Em relação a comunidade acadêmica da UFPB, a repressão inicial praticada pelo novo governo, residiu no afastamento do Reitor Mário Moacyr Porto do cargo, que foi substituído pelo interventor, professor de Medicina e também militar, Guilardo Martins Alves. Além da intervenção de um novo reitor alinhado com os interesses militares, o movimento estudantil, assim como em outras localidades do país, foi reprimido, e estudantes da UFPB envolvidos como o movimento político, punidos. Sobre a intervenção na UFPB Motta (2014, p. 43), afirma:

No dia 14 de abril de 1964, o comandante do Exército em João Pessoa baixou ato decretando a intervenção na Universidade da Paraíba (UPB, atual UFPB) e nomeando como interventor o professor de medicina e oficial do Exército Guilardo Martins Alves. O novo reitor foi considerado ocupante temporário do cargo pelo MEC e também pelo CFE, que enviou ofício recomendando a eleição de lista tríplice para normalizar a situação. Guilardo Martins Alves se mostrou atento às demandas repressivas, mas também hábil para angariar apoios, inclusive externos à universidade, e com isso conseguiu garantir sua eleição pelo Conselho Universitário. [...] Guilardo Alves foi reconduzido ao cargo em 1967 e, no total, ficou sete anos à frente da UPB, numa gestão pródiga em obras e investimentos, mas também em expurgos políticos, sobretudo depois de 1968.

Desse modo, assim como em outras universidades, o recrudescimento das práticas punitivas aos movimentos de oposição após 1968, se fez presente na UFPB. A permanência de Guilardo Martins Alves como Reitor, foi de grande relevância no processo de expurgos de professores e exclusão de alunos envolvidos com práticas consideradas subversivas.

Devido a necessidade do regime em manter as universidades sob vigilância, é importante ressaltar que entre as universidades que dispuseram de serviços de segurança e informações anterior ao ano de 1970, quando foi aprovado o Plano Nacional de Informações (PNI), destaca-se a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que desde os momentos iniciais do golpe contou com um Serviço de Segurança e Informações (SSI). (CEVPM-PB, 2017, p. 169).

Além de estar entre as precursoras na utilização desse tipo de instrumento, a UFPB possuiu uma ASI considerada atuante e modelo na primeira metade dos anos 1970, devido ao seu regimento interno bem organizado. (MOTTA, 2014, p. 196). O referido regimento foi aprovado em março de 1971 pelo reitor Guilardo Martins Alves.

Especificamente sobre a UFPB, a documentação observada mostra a existência de documentos que circulam pela ASI/UFPB, tal como a presença de outros que apontam para o IV Exército, para a Agência Recife (ARE) e Agência Central (ACE), evidenciando o contato, no que tange a troca de informações, entre os setores. Em maior parte, em relação ao exame ideológico, os documentos buscam referências políticas da pessoa investigada mediante a investigação e levantamento de antecedentes e informes que comprovem ligações suspeitas de professores, estudantes e funcionários no geral.

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFPB

Em relação a vigilância ao movimento estudantil da Universidade Federal da Paraíba, os órgãos de informações desenvolveram atividades de monitoramento durante todo o período que abarca a vigência da Ditadura Militar. Assim, nem mesmo durante os anos finais do regime os estudantes da UFPB deixaram de ser vigiados, em especial aqueles que apresentavam envolvimento político suspeito.

Considerando tal realidade e a análise dos documentos do Fundo SNI – Agência Pernambuco, nota-se a existência de informes relacionados ao monitoramento de eventos internos e externos organizados por entidades estudantis; impedimento de matrículas; levantamento de antecedentes etc. Todavia, antes de adentrar ao conteúdo fornecido por meio da documentação citada, cabe, neste momento, ponderar acerca do contexto de repressão e vigilância em que os estudantes da UFPB estiveram inseridos desde o imediato pós-golpe.

De acordo com o Relatório Final da CEVPM-PB (2017), a Polícia Militar e o Exército iniciaram uma série de ações registradas nos autos de busca e apreensão nos diretórios estudantis e em diversos espaços públicos e privados, conforme o Inquérito Policial Militar intitulado de “Atividades Subversivas”, cujo responsável era o Major Ney de Oliveira Aquino. Neste Inquérito, foram mencionadas, em meio a atividades encabeçadas por outras entidades consideradas subversivas, a invasão da Faculdade Direito, ocorrida em 3 de março de 1964. Ainda segundo o Relatório, o pós-golpe foi marcado pela dissolução dos diretórios estudantis e nomeação de interventores, ocorrendo, na UFPB, a elaboração de um novo Estatuto do DCE.

Apesar das significativas reformulações, provenientes de um contexto de repressão, nos primeiros anos do regime autoritário, o movimento estudantil universitário, aliado ao movimento de estudantes secundaristas promoveram mobilizações de caráter contestatório, especialmente no ano de 1968, a exemplo de manifestações em decorrência problemática dos “excedentes” nos vestibulares; protestos e homenagens em memória do estudante Edson Luís, assassinado em um confronto entre estudantes e a Polícia Militar

do Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968; manifestações devido a péssima qualidade dos alimentos servidos pelo Restaurante Universitário da UFPB, dentre outras.

Em relação aos registros nos órgãos de informações atuantes na UFPB sobre algumas das movimentações ocorridas em 1968, destacamos:

MOVIMENTO ESTUDANTIL NO ESTADO DA PARAÍBA – Out 68, em protesto pela prisão da ex-UNE em IBIÚNA, resultando em grande perturbação da ordem pública. No dia 15 Out 68 várias ruas amanheceram pichadas e continua a distribuição de boletins. Várias reuniões realizaram nas Faculdades, notadamente na de Filosofia. Comícios relâmpagos se realizou em vários pontos da cidade. [...] No dia 17 Out 68 continua a pregação subversiva no meio universitário, agora contando com a participação dos professores universitários que se aliam aos estudantes e promovem Assembléia Geral na Faculdade de Filosofia decretando greve parcial de advertência por 48 hs e de lá pretendem sair em passeata não concretizada devido à ação preventiva da Polícia. No dia 23 Out 68 a partir das 15:00 hs o público começa a se concentrar em frente à Catedral Metropolitana e às 16: 00 hs já é grande o número de pessoas naquele local. Líderes estudantis e professores se revezam em discursos inflamados contra o regime [...] Cerca das 16:00 hs os manifestantes, portando bandeiras da ex-UNE, cartazes ofensivos às autoridades e um grande retrato de CHE GUEVARA, tentam iniciar a passeata sendo impedidos pela Polícia que dissolveu a manifestação, resultando um certo tumulto entre policiais e manifestantes, com tiros para o alto de ambas as partes registrando-se ferimentos leves em 5 praças da PM, um professor universitário e seu filho. [...] (Fundo SNI- Agência Pernambuco - **ARE_ ACE_1236_80; Informação N° 142/80/ASI/UFPb** Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

De forma semelhante, o documento **n° 092/ B-E/2**, levanta importantes informações acerca dos antecedentes de Saulo de Tarso de Sá Pereira, que solicita a SSP/PB (DOPS), declaração de bons antecedentes políticos e sociais. Apesar do pedido, o documento não deixa de mencionar dados considerados negativos, expondo, dessa forma, informações relacionadas a atividades de protesto referentes ao ano de 1968:

2. O nominado foi preso, na madrugada de 31 Mai 67, pela /SSP/PB, quando efetuava pichamento em ruas da cidade de JOÃO PESSOA/PB, com dizeres “VIVA A UNE” – “ABAIXO O ACORDO MEC-USAID”. Por esse motivo foi processado pela SSP/PB como incurso no Art 33, inciso II da LSN. O processo em questão foi remetido à 7ª CJM, em 23 Ago 67, sendo mandado arquivar em 25 Set 67 conforme Of n° 1412, de 26 Set 67 da 7ª CJM.

3. Em 19 Jan 68, como representante da faculdade de Medicina, compareceu a uma reunião do DCE, como finalidade de organizar o trote dos calouros de 1968, o qual foi considerado caráter subversivo, dado os cartazes e faixas apresentados. Em Abril 68 participou das manifestações estudantis havidas em JOÃO PESSOA/PB com grave perturbação da ordem pública. Tendo em vista suas atividades julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária, foi punido pela Reitoria da UFPB como impedimento de matrícula por 02 (dois) anos, da Faculdade de Medicina (Df. nº 05 Gab Res, de 25 Fev 69, da UFPB).

A medida da UFPB, à época repercutiu negativamente entre os alunos da Faculdade de Medicina de vez que o nominado “rompeu completamente com os movimentos e manifestações contrários ao regime atual (Info nº 09 S2 de 19 Mar 69 do 1/15ºBI. Sem a devida avaliação). (Fundo SNI – Agência Pernambuco; **ARE_ ACE_2045_81; Informe nº 092/B-E/2**. Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Especificamente sobre as movimentações estudantis ligadas a estudantes da UFPB no período da distensão e abertura política, cabe mencionar que foi durante o reitorado de Lynaldo Cavalcanti Albuquerque que houve uma parcial concessão das atividades estudantis da UFPB e a retomada do DCE-UFPB enquanto entidade representativa dos estudantes. (NASCIMENTO, 2015, p. 45-46). Ainda de acordo com a referida autora, apesar da vigilância, a partir de 1975, estudantes organizados iniciaram o processo de retomada dos órgãos de representação estudantil, com isso, as atividades acadêmicas estudantis passam a ser apoiadas pelos Diretórios Acadêmicos (DAs) e Diretório Central dos Estudantes (DCE). Sobre as movimentações estudantis a partir da década de 1970, Pellicciotta (1997, p. 37) afirma:

[...] as mudanças pelas quais passam as movimentações estudantis nos anos 70 não significam o encerramento dos seus propósitos coletivos, mas pelo contrário, a emergência de respostas e projetos de cunho social que em vários aspectos começam a se diferenciar em seus ideais de sociedade, política e cultura, assim como promover uma outra aventura de criação política. A perda das bases tradicionais ocasionada pela intervenção repressiva do Estado sobre a sociedade civil e pela reforma da Universidade dá lugar a uma "reestruturação" ou "reconstrução" de movimento que desde sua origem se coloca sensível às alterações vividas pela juventude no plano da cultura e da política; alterações que se fazem presentes na esfera acadêmica na forma de um conjunto diferenciado de discussões e realizações de caráter estético, particularmente, de novas experimentações de linguagem.

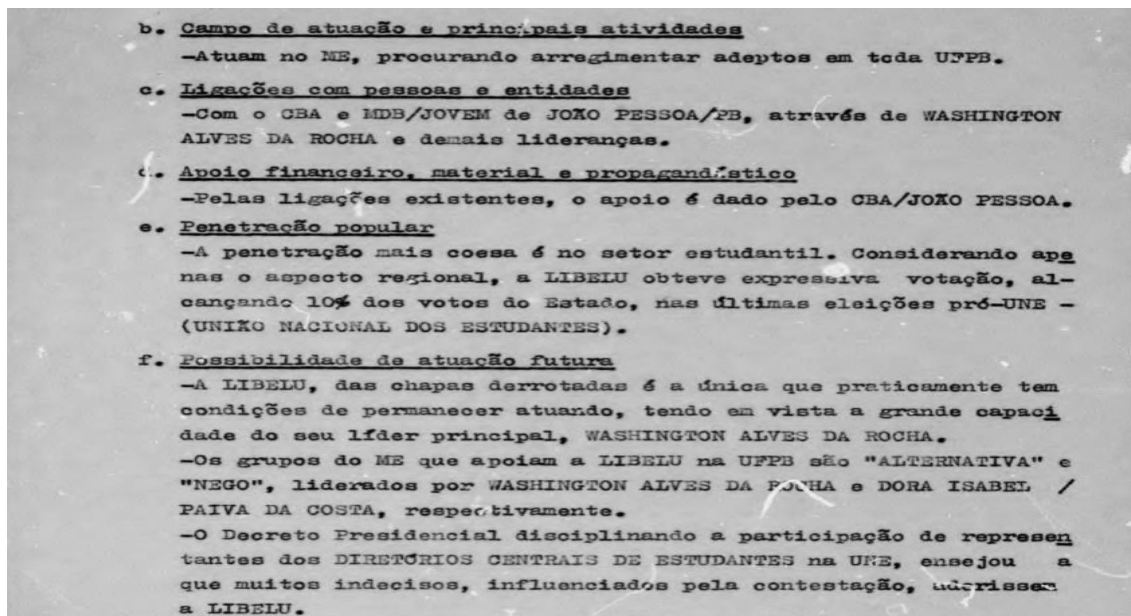
Nesse sentido, o movimento estudantil da UFPB procurou buscar maneiras de se articular, gradativamente, como entidade representativa e coletiva, através do envolvimento com práticas culturais e, posteriormente, o envolvimento com expressões e movimentos de cunho político. Acerca disso, Nascimento (2014, p. 252), aponta:

[...] é a partir de 1979 que o movimento estudantil acadêmico de João Pessoa toma a iniciativa de atuar em conjunto com outros setores da sociedade civil paraibana. O DCE-UFPB apoia os agricultores de Coqueirinho de Cachoeirinho, no município de Pedras de Fogo na Paraíba, que estavam sendo violentamente despejados pela Usina Central Olho d' Água no ano de 1979. Também foi nesse mesmo ano que há participação dos estudantes pessoense no 31º Congresso da UNE, realizado na Bahia. Evento tão aguardado pelos estudantes de todo território brasileiro: a retomada da União Nacional dos Estudantes. Seu último congresso havia sido em Ibiúna, no ano de 1968, da qual houve forte intervenção militar e vários de seus participantes foram presos. O 31º Congresso da UNE unificou ainda mais os estudantes, em se tratando do nível nacional e a inserção partidária tornou-se mais significativa.

De acordo com o Relatório Final da CEVPM-PB (2017), a inserção de questões políticas entre os estudantes, durante as décadas de 70 e 80, girou em torno da luta em prol da manutenção da meia passagem para estudantes e fim dos limites dos *tickets* por estudantes; apoio ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese da Paraíba em João Pessoa, criado em 1976, no que tange a denúncias de repressão e ajuda a perseguidos políticos; apoio a professores da rede pública; atos pró-Anistia e pró reconstrução da UNE; além da elaboração de debates com ênfase em pautas políticas.

Nascimento (2014) destaca que, o movimento estudantil no Brasil, a partir da década de 1970, se aliou a organizações políticas em forma de tendências partidárias, dentre algumas: a Refazendo, ligada a Ação Popular (AP), atuante na Paraíba a partir da década de 1980; a Liberdade e Luta (Libelu), associada a Organização Socialista Internacionalista (OSI), atuante em João Pessoa; a Novo Rumo, aliada a Convergência Socialista e a Caminhando, vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) – que na forma de chapa venceu as primeiras eleições diretas do DCE/UFPB, entre 1978/79. Acerca das tendências políticas inseridas no movimento estudantil, os registros nos órgãos de informações, apontam informações sobre o grupo Liberdade e Luta – Libelu e as características relacionadas a ação do mesmo na Paraíba, presentes na imagem abaixo:

FIGURA 1 – Atuação da “Libelu”



Fonte: Fundo SNI- Agência Pernambuco ARE_ ACE_664_79 (Informação Nº 241/116/ARE/79). Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

Sobre o registro de algumas das ações estudantis a partir da década de 1980, destacamos trecho do documento, ARE_ ACE_1750_81 (Informação Nº 120/119/ARE/81), que versa sobre a atuação dos diretórios estudantis e movimento estudantil na UFPB, bem como em algumas das universidades e faculdades dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas ao longo do informe.

Os estudantes da UFPB realizaram uma Assembléia Geral no dia 06 ABR 81, que contou com a participação de, aproximadamente, 60 pessoas, entre alunos e professores. Compareceram ao evento o Presidente do DCE/UFPB, WALTER DE OLIVEIRA DANTAS, e os dirigentes da ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFPB (ADUFPB), SILVIO FRANK ALLEN e RUBENS PINTO LYRA. A maioria dos estudantes não demonstrou qualquer interesse pelo movimento⁴. O Reitor da UFPB determinou que os professores comparecessem as aulas e fizessem o registro das matérias. Em CAMPINA GRANDE, alunos da UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE (URNE) e do "Campus" de UFPB, naquela cidade, promoveram uma missa ao dia 08 ABR 81, pelas almas dos estudantes

⁴ Sobre tal afirmação, é importante ressaltar que esteve entre os objetivos da “comunidade de informações” desqualificar indivíduos e movimentos sociais que fossem contrários ao regime imposto, promovendo notícias de cunho duvidoso no intuito de enfraquecer a influência dos movimentos contestatórios entre os estudantes. Portanto, é necessário rigor ao analisar a veracidade dos informes produzidos.

"mortos pela repressão". O ato religioso, todavia, esvaziou-se por falta de apoio (Fundo SNI – Agência Pernambuco - **ARE_ ACE_1750_81; Informação Nº 120/119/ARE/81** - Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

De semelhante modo, através dos órgãos de informações, processos eleitorais envolvendo entidades de representação docente e estudantil – que possuíam caráter aglutinador enquanto organizações -, eram extremamente visados; com isso, os candidatos que objetivavam assumir cargos e funções na ADUFPB ou no DCE, tinham seus antecedentes levantados e registrados.

Partindo desse entendimento, o documento **ARE_ ACE_3307 (Informação Nº 18/82/ASI/UFPb)**, discorre acerca das eleições para o DCE/UFPB no ano de 1982. Neste documento é feita uma análise sobre as chapas concorrentes, levando em consideração as tendências políticas que norteiam as chapas, bem como os antecedentes e ligações políticas dos componentes envolvidos. A primeira parte da informação expõe dados sobre a chapa “União e Luta”, e logo abaixo, se tem as fichas dos componentes que apresentam registros negativos; da mesma forma é feito em relação as demais chapas. Entre os detalhados dados que o documento fornece dos integrantes da chapa, podemos destacar os seguintes como exemplo:

Da chapa “União e Luta”: **Francisco Almeida Noronha** - Presidente do Centro Acadêmico de Enfermagem ROSA DE PAULA BARBOSA. No período de 30/04 a 03/05/81, promoveu o II ENCONTRO PARAIBANO DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM, onde foram discutidos os problemas, referentes a enfermagem a nível regional com a participação dos professores SILVIO FRANK ALEM e ELEONORA DE OLIVEIRA SOARES, da UFPB e o psiquiatra ALISSON PEREIRA DA PAZ. O evento foi realizado à revelia das autoridades universitárias, que não lhe deram apoio.

Jaldes Reis de Menezes - Compareceu ao XXXII CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE), realizado PIRACICABA-SP, no período de 13 a 16 de outubro de 1980. Compareceu ao XXXIII CONGRESSO DA UNE realizado em Cabo Frio – RJ, no período de 12 a 15 de novembro de 1981.

Da chapa “Chegou a hora” **Nahya Maria Lyra Cajú** - 03/06/80 - Fez parte do grupo de jurados quando da realização do Júri simulado, no dia 30 de mai 80, como parte das comemorações do DIA ESTADUAL DE LUTA EM DEFESA DA AUTONOMIA E LIBERIDADE DAS ENTIDADES ESTUDANTIS, os réus foram a Reitoria e a Política Educacional do Governo.

04/11/80 - Compareceu ao ATO PÚBLICO realizado no dia 4.11.80, no centro da cidade, promovido pela ADUFPB-JP, cujo objetivo foi denunciar à população a situação em que se encontra o magistério universitário [...]

José Adeildo Ramos – participou ativamente da Assembleia dos professores, estudantes e funcionários do CCHLA-UFPB, realizada no dia 20.05.81, no Auditório 411, em repúdio a nomeação pelo MEC do Diretor "Pró-Tempore" do Centro, prof. ARAEL MENEZES DA COSTA. [...] (Fundo SNI – **ARE_ACE_3307_82; Informação N° 18/82/ASI/UFPb** - Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba - Fundação Casa de José Américo) (Grifos nossos).

Tendo em vista as movimentações culturais e políticas promovidas por estudantes, os órgãos de informações mantiveram-se vigilantes, monitorando os passos dos estudantes, bem como os eventos e reuniões ocorridas dentro e fora das dependências da UFPB; dessa forma, apresentações culturais, calouradas e movimentações de caráter político eram em demasia vigiadas, assim como os estudantes engajados politicamente ou que apresentassem registros negativos. Nesse sentido, o documento **ARE_ACE_4751_83 (Informação N° 102/19/ARE/83)**, que discorre acerca de uma calourada ocorrida no ano de 1983, organizada pelo DCE/UFPB e DCE/URNE, enfatiza o teor político que permeou o evento:

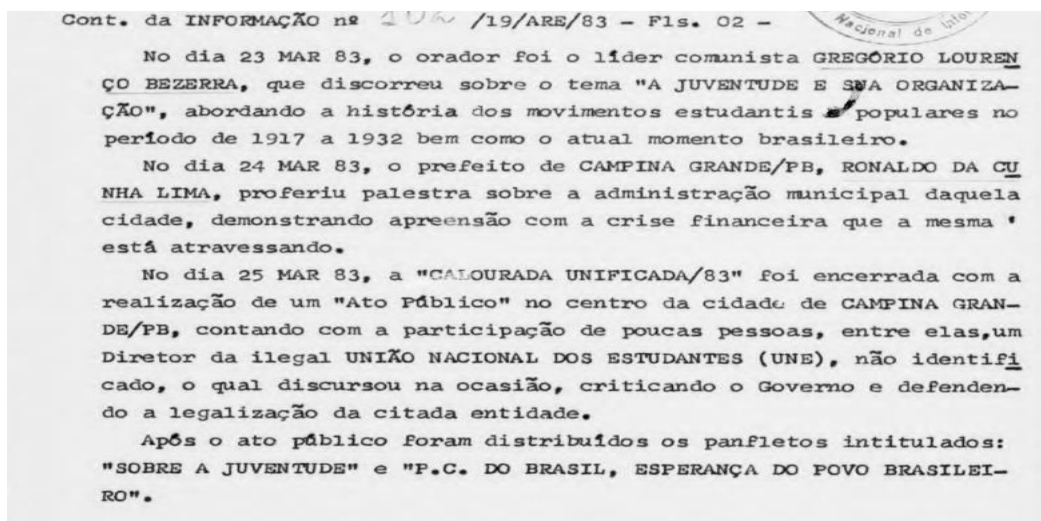
Realizou-se em CAMPINA GRANDE/PB, no período de 22 a 25 MAR 83, a “CALOURADA UNIFICADA/83”, organizada pelo DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA (DCE/UFPB) e pelo DCE DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE (URNE), com a finalidade de traçar um perfil da Universidade aos novos calouros, mas que se transformou num movimento político-contestatório.

Foi cumprida a seguinte programação: No dia 22 MAR 83, no TEATRO MUNICIPAL SEVERINO CABRAL que teve suas dependências ocupadas pelo público presente, aconteceu a abertura do evento, tendo como palestrante o Reitor da URNE, SÉRGIO DANTAS que fez uma análise da difícil situação por que passa a Universidade.

Por ocasião da palestra do Reitor, duas bombas de pequeno teor explodiram nos banheiros do Teatro, porém não causaram danos. Os responsáveis pelo atentado não foram identificados até o momento. (Fundo SNI – Agência Pernambuco - **ARE_ACE_4751_83; Informação N° 102/19/ARE/83** Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação de Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Ainda sobre a calourada unificada, a imagem a seguir ressalta a forma como os órgãos de informações versavam sobre os eventos vigiados.

FIGURA 2 – Informação Nº 102/19 sobre a Calourada Unificada/83



Fonte: Fundo SNI- Agência Pernambuco – ARE_ACE_4751_83; informação Nº 102/19/ARE/83 – Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises e ponderações aqui expostas, mediante observação documental e bibliográfica, concluímos que o Serviço Nacional de Informações (SNI) desempenhou um papel fundamental quanto ao cumprimento de seus objetivos no que se refere à coleta de informações e vigilância aos mais variados setores da sociedade civil.

Como expõe o historiador Carlos Fico (2001), a função primordial do SNI era de ser essencialmente um órgão de informações, comprometido com a produção de informações e vigilância àqueles que eram considerados como ameaças; portanto, foi exatamente esta lógica que percebemos ao examinar os documentos do Fundo SNI – Agência Recife.

Naquilo que toca especificamente ao movimento estudantil da UFPB, nota-se que a comunidade de informações cumpria de maneira detalhada sua função de monitoramento, produzindo, por vezes, extensos informes sobre alguns dos discentes da

instituição. Ao examinar os documentos escolhidos, foi possível perceber uma forte e clara inclinação anticomunista, o que nos leva ao entendimento dos motivos pelos quais estudantes portadores de uma cultura política mais à esquerda figuravam, majoritariamente, como vigiados nos informes feitos pela ASI/UFPB e pelos demais órgãos de informações.

Apesar da forte e contínua vigilância, mesmo a partir da abertura política, é possível perceber que o movimento estudantil da UFPB, gradativamente retoma o seu lugar, desenvolvendo significativo papel político, cultural e de representação estudantil, dentro e fora do espaço acadêmico.

REFERÊNCIAS

Documentos:

Fundo SNI- Agência Recife. Disponível em acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

- ARE_ACE_1236_80 (Informação Nº 142/80/ASI/UFPb)
- ARE_ACE_2045_81; Informe nº 092/B-E/2
- ARE_ACE_664_79 (Informação Nº 241/116/ARE/79).
- ARE_ACE_1750_81 (Informação Nº 120/119/ARE/81)
- ARE_ACE_3307 (Informação Nº 18/82/ASI/UFPb)
- ARE_ACE_4751_83 (Informação Nº 102/19/ARE/83)
- ARE_ACE_4751_83; informação Nº 102/19/ARE/83

Bibliografia

ANTUNES, Priscila C. B.. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. “Fontes sensíveis na história recente”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 173-193.

BERNSTEIN, Serge. “Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

CITTADINO, Monique. **A UFPB e o golpe de 64**. João Pessoa: Cadernos da ADUFPB-SSind., nº 10, 1993.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório Final**. João Pessoa, A União, 2017.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira; FERNANDES David (Orgs.). **UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006, pp. 25-42.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4).

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. (23 e 24).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Cultura Política na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. “Construindo a importância política: (1976-1979) Movimento estudantil em João Pessoa no contexto da distensão política (1976-1979).” In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Orgs.) **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014, p. (242-268).

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação”. In. DANTAS, Eder.; NUNES, Paulo Giovanni Antonino.; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. (Orgs). **Golpe Civil-Militar e ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2014, pp. 78-118.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Estado versus sociedade civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979)”. **Prima Facie**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. Jan./jun, 2009. pp 57-84.

PELLICCIOTA, Mirza Maria Baffi. **Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70**. 1997. 282 p. Dissertação de mestrado: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.